



EDUCAÇÃO FÍSICA E OS CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL DE GOIÂNIA¹

Roberto Pereira Furtado²

Weverton Alves Santos³

Paulianny M. G. de Sousa⁴

Jéssica Félix Nicácio Martinez⁵

Patrícia Santiago Vieira⁶

Ricardo Lira de Rezende Neves⁷

Marcos Flávio Mércio de Oliveira⁸

Marcel Farias de Sousa⁹

Gleyson Batista Rios¹⁰

RESUMO

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa que analisou a organização do trabalho dos profissionais de Educação Física nos CAPS de Goiânia, com duração entre 2012 e 2016. Foi realizada em oito CAPS com entrevistas e observações da rotina de trabalho de 18 profissionais de Educação Física. Os resultados indicaram que o trabalho do profissional de Educação Física com a saúde mental requer grande aproximação com concepções ampliadas de saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde Mental; Educação Física; CAPS.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, o campo da Saúde Mental, influenciado pelos princípios da Reforma Psiquiátrica, busca superar o modelo psiquiátrico tradicional baseado na hospitalização e na compreensão da pessoa com transtorno mental como irracional e perigosa. A internação nos manicômios é característica do modelo psiquiátrico tradicional. Goffman (2001) classifica o manicômio como uma “instituição total”, uma vez que este se funda na disciplina, controle e vigilância com dispositivos de punição e repressão. Esse modelo de tratamento com base no isolamento, segregação e

1 Projeto de pesquisa financiado pelo CNPQ, Chamada Pública MCTI/CNPq Nº 14/2013 - Universal / Universal 14/2013, processo: 476305/2013-6

2 Universidade Federal de Goiás, cremerroberto@hotmail.com

3 Universidade Federal de Goiás, weverton_kwk@hotmail.com

4 Universidade Federal de Goiás, paulianny_mirelly@hotmail.com

5 Universidade Federal de Goiás, jessicasgroi@hotmail.com

6 Universidade Federal de Goiás, patricia.santiago.iff@gmail.com

7 Universidade Federal de Goiás, rlrneves@gmail.com

8 Universidade Federal de Goiás, marcosflavioiff@gmail.com

9 Universidade Federal de Goiás, nichscene@yahoo.com

10 Universidade Federal de Goiás, gleysonrios@gmail.com

patologização tem suas origens no pensamento de Philippe Pinel, considerado pai da psiquiatria e da primeira corrente de tratamento do então denominado “doente mental” conhecida como alienismo. No alienismo, a institucionalização era um imperativo terapêutico: para consolidar o diagnóstico, permitir isolar a alienação em seu estado puro, conhecê-la livre de interferências e para proteger a sociedade e o doente de si mesmo (periculosidade social) (AMARANTE, 2007).

As primeiras “reformas psiquiátricas” no âmbito mundial surgiram após a segunda Guerra Mundial, quando as condições de vida dentro dos hospícios foram associadas à realidade dos campos de concentração (AMARANTE, 2007). No Brasil, o marco inicial da Reforma Psiquiátrica ocorreu na década de 1970, cujo objetivo inicial era transformar a concepção de tratamento das pessoas com transtornos mentais por meio da superação do modelo hospitalocêntrico para o modelo de clínica ampliada, buscando restituir a liberdade, a cidadania e, principalmente, a autonomia, através do processo de desinstitucionalização (BRASIL, 2005).

A política de saúde mental brasileira organiza-se a partir de serviços substitutivos aos hospitais psiquiátricos, denominados de Centro de Atenção Psicossociais (CAPS). Esses serviços são responsáveis pelo atendimento de pessoas com transtornos mentais ou necessidades decorrentes do uso de álcool ou outras drogas. Os CAPS são unidades de referência e articulam uma rede complexa e ampliada de atenção integral em Saúde Mental, aberta e comunitária pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

O cuidado em Saúde Mental pressupõe, portanto, a atenção aos conceitos que alicerçam a política de saúde mental, assim como as necessidades dos usuários e do serviço. A construção de projetos terapêuticos singulares deve balizar-se pelos princípios da reforma psiquiátrica que se materializam na lei 10.216/01, a qual garante a proteção e direitos das pessoas com transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em Saúde Mental (BRASIL, 2001).

Diante desses desafios, o grupo de pesquisa ECOS – Educação Física, Trabalho e Formação, criado em 2010, vem desde 2012 analisando as características do trabalho do profissional de Educação Física nos CAPS em um movimento de investigação científica que articula pesquisadores vinculados à Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Estadual de Goiás (UEG) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (de Goiás e São Paulo) com profissionais de Educação Física que trabalham nos CAPS de Goiânia. Atualmente, o grupo é formado por oito professores e dois estudantes de Educação Física de quatro instituições de ensino diferentes. O objetivo deste artigo é compartilhar resultados de pesquisa já concluída sobre o trabalho do profissional de Educação Física nos CAPS de Goiânia.

2 CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA DA PESQUISA

O projeto de pesquisa “o trabalho do professor de Educação Física nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) de Goiânia: diagnóstico e proposições” iniciou-se em 2012 e em 2013 foi financiado pelo CNPq. O objetivo da pesquisa foi analisar as características do trabalho desenvolvido pelos profissionais de Educação Física nos CAPS, envolvendo aspectos como: analisar a presença das práticas corporais; identificar as oficinas oferecidas e classificá-las em relação às suas principais características; - descrever a rotina do trabalho do professor de Educação Física no CAPS.

As aproximações iniciais com o objeto de estudo, a construção do projeto e a coleta de dados piloto foram realizadas entre 2012 e 2013. Em seguida, o projeto de pesquisa foi enviado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFG e a coleta de dados foi desenvolvida em 2014, em 8 CAPS de Goiânia, a partir da aplicação de entrevistas semiestruturadas e da observação, com roteiro estruturado, das atividades desenvolvidas nos CAPS pelos profissionais de Educação Física. Na época da coleta, eram 21 profissionais de Educação Física que trabalhavam nos CAPS, dos quais 18 participaram da pesquisa. Para a observação, cada profissional foi acompanhado diariamente durante toda sua jornada de trabalho no período contínuo de uma semana, de segunda-feira a sexta-feira. Ao final, obtivemos 105 roteiros preenchidos a partir da observação da rotina de trabalho desses profissionais. Os dados foram analisados a partir da técnica de análise de conteúdo.

3 RESULTADOS

Quando analisamos as atividades realizadas pelos profissionais de Educação Física, percebemos que muitas não estão diretamente relacionadas com o objeto que dá identidade a esse campo acadêmico e profissional. Isso ocorre porque os profissionais organizam o trabalho a partir de uma perspectiva coletiva e das necessidades dos usuários e não apenas naquilo que é imediatamente característico das respectivas profissões. Nos CAPS, assim como em outros serviços de saúde, o processo de trabalho é permeado por ações que extrapolam as identidades profissionais. Devido aos princípios do CAPS, o trabalho não pode ser desenvolvido de forma fragmentada e restrita a cada campo de conhecimento, mas em um esforço interdisciplinar (FURTADO *et al*, 2014).

Através da observação da rotina dos profissionais de Educação Física, foi possível identificar duas categorias: 1) *Cuidado terapêutico* e 2) *Planejamento, organização e avaliação do cuidado terapêutico*. A primeira compõe 63,8% da rotina de trabalho dos profissionais de Educação Física. Essa categoria reúne atividades em que há contato direto com o usuário, sistematizadas a partir de planejamentos ou assistemáticas e eventuais, sendo atividades que podem ser realizadas por um profissional ou por equipes multiprofissionais. Em nossas observações, foram identificadas na rotina de trabalho dos profissionais de Educação Física dos CAPS de Goiânia as seguintes atividades que envolvem o cuidado terapêutico: a) Oficinas Terapêuticas; b) Referente dia; c) Acolhimento; d) Consulta conjunta; e) Passeios; f) Atendimento familiar; g) Visita domiciliar; h) Confraternização. Algumas dessas atividades fazem parte de uma rotina mais cotidiana de trabalho enquanto outras são mais específicas e pontuais, como confraternizações e passeios, mas todas elas constituem o cuidado terapêutico.

Já a segunda categoria, compõe 36,2% da rotina de trabalho dos profissionais observados. Refere-se a uma série de atividades fundamentais de planejamento, organização e avaliação do trabalho. Essas atividades são realizadas pelos profissionais individualmente ou em grupo e, geralmente, são desenvolvidas sem o contato direto com o usuário do serviço ou com seus familiares. A partir daí, foram identificadas na rotina de trabalho dos profissionais de Educação Física dos CAPS de Goiânia, as seguintes atividades: a) Evolução de prontuário; b) Reunião de

equipe/gestão; c) Reunião de equipe referência; d) Atividades administrativas; e) Referência terapêutica/elaboração do Projeto Terapêutico Singular (PTS).

Em relação aos grupos terapêuticos percebe-se que os CAPS apresentam abordagens peculiares, o que resulta em diferentes formas de organização das oficinas, porém, com algumas semelhanças entre si. As oficinas mais frequentadas são aquelas cujo tema da cultura corporal possibilita abordagens mais lúdicas e livres, ou seja, atividades mais dinâmicas e, não aquelas mais rigorosamente sistematizadas e rígidas.

Os profissionais de Educação Física entrevistados, na sua grande maioria, avaliaram como positivas as oficinas realizadas em espaços que utilizam recursos do território e as justificaram como sendo atividades motivadoras para os usuários e que contribuem para a reinserção social. Como principais dificuldades para realização dessas atividades, as análises apontam para o enfrentamento das precárias condições de trabalho, a necessidade de fortalecimento do projeto institucional do CAPS e da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), assim como da institucionalização de parcerias intersetoriais. Também identificamos a necessidade de superação de estigmas, preconceitos e inseguranças na construção do cuidado em saúde mental, que em certa medida, explicitam a reprodução de práticas manicomial nos serviços substitutivos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises dos dados permitem muitas reflexões e apontamentos para se pensar a atuação profissional nos CAPS, o papel da Educação Física nos usos de recursos do território, no trato pedagógico e na relação interdisciplinar existente na construção desse trabalho coletivo. O desenvolvimento do trabalho do profissional de Educação Física nos CAPS deve pautar-se principalmente por princípios biomédicos presentes em sua formação ou por princípios mais amplos que envolvem aspectos socioculturais de sua formação? Os resultados da pesquisa demonstram que o profissional de Educação Física não deve ficar restrito aos aspectos orgânicos da saúde humano em suas intervenções nos CAPS, ao contrário, devem avançar para uma perspectiva de intervenção que dialogue com o campo da Saúde Coletiva.

EDUCACIÓN FÍSICA Y CENTROS DE ATENCIÓN PSICOSOCIAL EN GOIANIA

RESUMEN: Este artículo presenta los resultados de un estudio que examinó la organización del trabajo de los profesionales de educación física en el CAPS Goiania, con una duración entre 2012 y 2016 se llevó a cabo en ocho CAPS entrevistas y observaciones de la rutina de trabajo de 18 profesionales de la educación física. Los resultados indicaron que el trabajo de la educación física profesional de la salud mental requiere gran acercamiento con las concepciones ampliadas de la salud.

PALABRAS CLAVE: Salud mental; Educación Física; CAPS.

PHYSICAL EDUCATION AND PSYCHOSOCIAL CARE CENTERS IN GOIÂNIA

ABSTRACT: This article presents the results of a research that analyzed the work organization of Physical Education professionals in the CAPS of Goiânia, between 2012 and 2016. It was carried out in eight CAPS with interviews and observations of the work routine of 18 Physical Education professionals. The results indicated that the work of the Physical Education professional with mental health requires a great approximation with expanded conceptions of health.

KEYWORDS: Mental health; Physical Education; CAPS.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, P. D. de C. **Saúde Mental e Atenção Psicossocial**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007.

BRASIL. Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília DF, 09/04/2001, P. 2. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10216.htm>. Acesso em: 02 out. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Reforma Psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil** - Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. Brasília, novembro de 2005. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Relatorio15_anos_Caracas.pdf> Acesso em: 02 out. 2016.

FURTADO, R. P. et al. O trabalho do professor de Educação Física no CAPS: aproximações iniciais. **Movimento**, Porto Alegre, p. 41-52, set. 2014.

GOFFMAN, E. **Manicômios, Prisões e Conventos**. Tradução de Dante Moreira Leite. 7.ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.